



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS**  
**SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

**ATA**

**159ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA**  
**REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2008**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, às quatorze horas e trintas minutos, no Salão Nobre do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, foi realizada a Quinquagésima Nona Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente CONANDA, **cuj**a pauta era a seguinte:

1) Comissão de Políticas Públicas: **1.1 – Avaliação da gestão da Comissão 2007; 1.2 – Avaliação da gestão do CONANDA 2007;** 2) Comissão de Orçamento e Finanças: **2.1 – Reunião sobre transferência de recursos Fundo-a-Fundo com técnicos do Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social; 2.2 – Avaliação da Gestão 2007 da Comissão; 2.3 – Avaliação da Gestão 2007 do CONANDA.** 3) Comissão de Mobilização e Formação. **3.1 – Avaliação da Gestão 2007 da Comissão; 3.2 – Avaliação da gestão 2007 do CONANDA.** 4) Pauta coletiva - **4.1 – Planejamento das comissões e do CONANDA para 2008, destacando as ações de comemorações dos 18 anos do ECA e recomposição dos componentes para efeito de resolução; 4.2 – Apresentação de um sistema de portal e banco de dados da infância desenvolvido por uma agência de L&C consultoria; 4.3 – Debate sobre aspectos controversos da Resolução dos Fundos dos direitos da Criança e do Adolescente com a participação de convidados.** 5) Seção Plenária. **5.1 – Avaliação Gestão 2007; 5.2 – Aprovação detalhamento planejamento CONANDA 2008; 5.3 – Eleição da Presidência e Vice-Presidente do CONANDA; 5.4 –**

Referendo da Mesa Diretora; 5.5 – Apresentação e debate da proposta Resolução sobre os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a ser encaminhada para apreciação e contribuição dos conselhos Estaduais. Nesta Assembléia foram feitos Encaminhamentos e Deliberações, na ordem a seguir: 1) Debate sobre a resolução criação e funcionamento dos fundos: 1.1 – Realizou-se, perante a Comissão de orçamento e Finanças, no dia 19 de fevereiro de 2008, duas apresentações da experiência de repasse fundo-a-fundo dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento social. As avaliações dessas apresentações foram bem positivas. A Comissão concluiu pela necessidade de ampliar as atuais formas de repasse de recursos para os estados e municípios (licitação, convênio) com a inclusão da modalidade fundo-a-fundo. Considerando que a lei que cria o fundo nacional dos direitos da criança e do adolescente não estabelece a possibilidade desta modalidade de repasse, a Subsecretaria de Gestão da SEDH se incumbiu de consultar a Assessoria Jurídica da Presidência para se definir a forma legal de inclusão dessa modalidade: se via Decreto Presidencial ou lei ordinária. 1.2 – Realizou-se o debate sobre “destinações vinculadas” em sessão Plenária do CONANDA no dia 20 de fevereiro de 2008. Foram debatedores: Leila Costa do Fórum Nacional dos Coordenadores dos Centros de Apoio da Infância, da Juventude e Educação dos Ministérios Públicos dos Estados e do distrito Federal – FONCAIJ, Fernando Henrique de Moraes Araújo, do Ministério Público de São Paulo, autor da ação contra a Fundação Telefônica por doação vinculada ao Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente de Mogi das Cruzes, e Fernando Rossetti, Secretário Executivo do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE. A avaliação geral concluiu que o debate teve um caráter histórico pelo grau de maturidade entre as partes oponentes. 1.3 – Os subsídios apresentados no decorrer do debate serão apreciados pela Comissão de orçamento e Finanças que se reunirá um dia antes da plenária de março de 2008 para concluir a apreciação da minuta de resolução de criação e funcionamento dos fundos de direitos da criança e do adolescente. 2) Informes apresentados: 2.1 - A conselheira Júlia informou sobre a realização do VI encontro Nacional de Educação social, o qual deverá ocorrer no segundo semestre de 2008 e solicitou apoio financeiro do CONANDA e indicação de representante para integrar a Coordenação do Evento. A

reunião para o evento preparatória ocorrerá nos dias 15 e 16 de março em Olinda/PE.

2.2 – A Conselheira Carmen informou sobre sua participação na seção Especial da ONU, representando o Governo Brasileiro, para avaliar as metas relacionadas à criança e ao adolescente e na audiência pública de apreciação do Relatório Periódico de Direitos Humanos. Ela informou ainda sobre a contratação de três consultores para elaborar o relatório governamental sobre a implementação dos Direitos da Criança e do Adolescente; sobre a reunião de preparação do 3º Congresso Mundial e Enfrentamento da Violência Sexual; sobre a proposta do Ministro da SEDH atuar junto à bancada governista para indicação de membros para compor a Comissão Especial do PL SINASE; e por fim sobre a elaboração de um cronograma de atividades de celebração do 60º anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A conselheira transmitiu ainda à Plenária, a solicitação do Ministro de que o CONANDA pautasse o tema dos 60 anos da Declaração, a revisão do Plano Nacional de Direitos Humanos e a realização da Conferência Nacional de Direitos Humanos.

2.3 – A Conselheira Marta Tonin fez uma reflexão sobre o status da criança nas declarações e normativas das Nações Unidas relacionadas aos direitos humanos e informou sobre a transmissão da representação da OAB para a Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda Vieira.

2.4 – A Conselheira Maria Luiza Moura de Oliveira informou sobre a obtenção da gravação da reportagem sobre a pesquisa de mapeamento genético e nervo cerebral de adolescentes em conflito com a lei e a colocou a disposição de todos os conselheiros, ressaltando a necessidade do CONANDA se posicionar sobre o tema.

2.5 – O Conselheiro Manoel Onofre informou sobre a continuidade dos seminários realizados pela ABMP sobre Justiça Juvenil (ele enviará datas dos eventos), a continuidade dos trabalhos de definição dos fluxos que o MP, desta feita com o tema gravidez na adolescência, a ser realizado no Rio de Janeiro; reforçou o convite aos conselheiros do CONANDA para participar do Congresso da ABMP em Santa Catarina; enfatizou o interesse da ABMP em criar grupos para desenvolver ações de fortalecimento dos conselhos de direitos em parceria com o Pró-Conselho Brasil e para acompanhamento da revisão da resolução 75 do CONANDA. A plenária referendou o nome do Conselheiro José Ricardo Caporal para representar o CONANDA no debate sobre os fundos a ser realizado no

Congresso da ABMP. 2.6 – A Conselheira Maria Ines, reiterou a solicitação de contribuições dos conselheiros ao relatório preliminar de Avaliação do Plano Presidente Amigo da Criança – PACA e estendeu o prazo, já expirado, de contribuições para mais uma semana. 2.7 – A Conselheira Carmen lembrou que em breve o relatório preliminar do Governo sobre a implementação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente das Nações Unidas estará pronto e sugeriu que a Comissão de Políticas Públicas reservasse espaço na sua agenda de trabalho para discussão do mesmo incontinente. 2.8 – José Eduardo Andrade, Secretário Executivo do Conselho Nacional da Juventude, informou sobre a eleição de Danilo (Subsecretário Nacional de Juventude) para presidente e de Magi (Ação Educativa de São Paulo) para Vice-Presidente do Conselho. Na oportunidade ele entregou o material preparatório para a Conferência nacional da Juventude. Ele reforçou o convite para participação de um conselheiro do CONANDA na consulta a ser realizada nos dias 29, 1 e de março de 2008. 3) Relato das Comissões – Avaliação e Planejamento: 3.1 – A conselheira Aurilene apresentou o relatório da Comissão de Mobilização e Capacitação (em anexo), contendo informes sobre o andamento das atividades planejadas e as propostas de ação para 2008. Foram realizados comentários e adendos às propostas conforme consta do anexo. Um dos aspectos destacados foi a comemoração dos 18 anos do ECA e realização da primeira Assembléia Ordinária Descentralizada em maio de 2008. O Conselheiro Manoel Onofre ofereceu uma proposta alternativa como local para realização da Assembléia de Maio, o Rio Grande do Norte ao invés de Rio de Janeiro. Vários conselheiros manifestaram apoio à proposta. 3.2 – O Conselheiro Ariel de Castro, relator da Comissão de Políticas Públicas, apresentou o relatório da Comissão (em anexo). A ênfase dada foi da necessidade da próxima Assembléia pautar o tema da adoção internacional, na proposta de monitoramento do SINASE e mudança nas representações do CONAETI (Miriam titular e Núbia suplente) e no PETI (Núbia Titular e Júlia suplente). Na oportunidade da apresentação do Relatório, a Conselheira Solange informou sobre a reunião de apresentação dos parâmetros para o abrigo realizada às duas comissões de políticas públicas do CNAS e CONANDA e ainda que uma nova reunião foi marcada para o dia 17 de março de 2008, para

incorporar as sugestões dos conselheiros. 3.3 – A plenária aprovou por unanimidade a proposta Nota Pública de apoio à Portaria 1.220/07 do Ministro da Justiça que dispõe sobre Classificação Indicativa. 3.4 – O Conselheiro Vilmar apresentou o Relatório da Comissão de Orçamento e Finanças (em anexo). O conselheiro Fábio Feitosa informou aos demais participantes da Assembléia a pauta para reunião da Comissão para próxima Assembléia (Apresentação do relatório de investimento, edital, e discussão da minuta de fundos). 3.5 – A Plenária aprovou o financiamento ao Projeto “Ações de mobilização para uma sociedade civil organizada e atuante” da Sociedade Brasileira de Defesa da Criança e do Adolescente – Fórum Nacional DCA. A SPDCA fará uma Nota Técnica sobre o Projeto e, caso necessário, solicitará adequações do Projeto às normas de convênio. 3.6 – Por sugestão da Conselheira Carmen, presidente do CONANDA e da sessão, devido a exiguidade do tempo, a plenária deliberou por prorrogar a votação de todas as outras matérias relatadas para a próxima Plenária do mês de março de 2008. 4) Eleição da Presidência e Vice-Presidência do CONANDA: 4.1 – A plenária retificou os nomes das conselheiras Maria Luiza Moura de Oliveira para exercer a função de Presidente do Conselho, por indicação dos membros da sociedade civil, e de Carmen Silveira de Oliveira para exercer a função de Vice-Presidente por indicação dos membros governamentais do Conselho. 4.2 – A Conselheira Carmen de Oliveira sugeriu o estudo de uma possível substituição da representação governamental no CONANDA, a entrada da Secretaria Nacional de Juventude em lugar do Ministério das Relações Exteriores. A plenária indicou a realização de estudo de viabilidade jurídico política para uma posterior deliberação. 4.3 – A conselheira Carmen comunicou também à plenária que, segundo o acordo entre governo e sociedade civil para ocupação dos cargos das comissões, os membros do governo preferiram assumir as coordenações das Comissões de Políticas Públicas (continuidade) e Mobilização e capacitação. Os trabalhos se desenvolveram sob a presidência da Conselheira Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski - Vice - Presidente - CONANDA a qual saudou a todos e deu início à assembléia, ressaltando que havia alguns Conselheiros novos, além de alguns observadores, quais sejam: Eder Leonardo Cavalcanti Borborema, observador Representante do Ministério do Esporte. Nesse ínterim, a senhora Carmem de Oliveira, destacou que o Ministério do Esporte estava

fazendo a substituição de dois representantes, razão pela qual o senhor Eder Leonardo havia se apresentado como observador naquele instante; Marco Aurélio Santos de Sousa, Titular do Ministério da Fazenda; Fábio Eiji Kato, Suplente do Ministério da Fazenda; e Glícia Thaís Salmeron de Miranda Vierira, Representante-Substituta de Marta Tonin, da Ordem dos Advogados do Brasil. Como observadores: Vitor Benez Pegler, Presidente do CMDCAISP; Esequias Marcelino da Silva Filho, Conselheiro de Direito, Sociedade Civil, do CMDCA de São Paulo; e Jader de Oliveira, da CSPDCA. Da mesma forma, a senhora Carmem de Oliveira informou que houve substituições na representação do Ministério do Planejamento - IPEA. Assim, Ana Maria Rezende Chagas passou a ser a titular, e a suplente, Enide Rocha Andrade da Silva. Daí em diante, fez a inscrição de pessoas que desejavam fazer informes, de modo que Maria Júlia Rosa Deptulski, informou que estavam trazendo informe sobre o 5º Encontro Nacional de Educação Social que ocorreria na cidade de Recife; corroborou que a coordenação desse encontro havia se reunido há 15 dias em Olinda e estavam com uma proposta de data entre os dias 13 a 16 de novembro para fechar os temas e sub-temas dele. Por outro lado, mencionou que até o momento, o que tinham de concreto era a questão do papel do educador social, porém, fixado principalmente na área de educador social que trabalhasse com criança e adolescente. Como o quarto encontro nacional tinha tido apoio de aporte financeiro do CONANDA, no próximo mês ia ser o Centro de Cultura Luiz Freire, entidade que ia construir e executar todo encontro; mencionou que o objetivo era ter um perfil de caráter nacional: como estava a educação social, qual era o perfil na perspectiva atual com a implementação da medida socioeducativa, seja em meio aberto, seja de internação. Como estavam com um número grande, como instituição tinha o Fenatibref, o Centro de Cultura Luiz Freire e a KNH em nível nacional, propôs também a representação do CONANDA. Na seqüência, a senhora Carmem aproveitou para justificar sua ausência na plenária final de dezembro devido à sua participação do Brasil na sessão especial da ONU sobre o mundo para as crianças uma avaliação do processo de implementação das metas e compromissos do tratado internacional; pontuou que o Brasil fez uma fala de sete minutos, e como o Ministro não participou, ela o substituiu. Da mesma forma, fez informes relativos à Secretaria Especial de Direitos Humanos, de modo a chamar o CONANDA para integrar o processo; manifestou que estavam comemorando os 60 anos da Declaração de Direitos

Humanos, ao que o Ministro havia demandado por intermédio dela, um espaço em uma das plenárias seguintes, no intuito de que ele pudesse fazer um relato da programação, inclusive introduzindo também os 18 anos do ECA. Outra questão foi a respeito de que este ano teriam a Conferência Nacional de Direitos Humanos no final, em dezembro, bem como o Ministro havia manifestado o desejo de que o CONANDA participasse mais do processo, não apenas o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Porém, a idéia era pensar no compromisso de direitos humanos transversais e um dos focos dessa conferência era a revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos. Por demanda do Ministro, disse que acabou fazendo uma avaliação do que foi implementado a partir do segundo programa, para que assim, sinalizem as perspectivas para os próximos cinco anos. Segundo ela, o terceiro ponto se referia à Secretaria como um todo, pois esteve presente a audiência pública onde o Ministro apresentara o relatório periódico universal - um relatório de direitos humanos do Estado brasileiro. Esse era o primeiro relatório que o Brasil e qualquer outro país ia entregar, uma vez que tinha sido um compromisso recentemente firmado pelos países. Mais um informe foi sobre a elaboração do relatório de governo, da convenção de direitos. Assim, pontuou que havia um acerto, não apenas com a rede de monitoramento, ma.: com o Itamaraty, de que o Brasil faria entrega do relatório na metade do ano. Assim, fez saber que já havia consultores trabalhando na elaboração do referido relatório por parte do governo brasileiro, além de que estavam fornecendo as bases de dados, de forma que estavam programando duas formas mais públicas de debate: uma, por volta da segunda semana de abril - uma "oficina que reuniria o governo e a rede de ONGs que monitora a convenção no Brasil. Tal oficina teria a participação de Rosa Ortiz - representante latino-americana no comitê - que mediará o balanço que seria apresentado de cada lado, pautados nas recomendações que o comitê fez no primeiro relatório do governo brasileiro. Informou que o Brasil já havia começado os preparativos para realização do Terceiro Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual, o qual seria realizado no Rio de Janeiro. No final do mês, entre os dias 25 a 28 haviam realizado uma primeira reunião do comitê internacional em janeiro, e teriam outra na semana seguinte - evento que devia contar com mais de 130 países -, ademais, estavam programando que a campanha de 18 de maio no Rio de Janeiro este ano fosse uma assembléia descentralizada. Por último, mencionou o PL do SINASE, sobre o qual o Ministro estava encaminhando uma série de reuniões com

deputados da base governista; eram três blocos de reuniões com segmentos da base aliada que estavam sendo agendados para as próximas semanas visando a mobilizar a base governista para aprovação do PL. No ensejo, a senhora Marta Marília Tonin, da OAB, aproveitou para fazer um relato histórico dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, mais especificamente a infância. Para ela, a declaração de Genebra foi o primeiro documento que lembrou os cinco princípios da criança como ser humano, ou seja, quarenta e oito anos depois da Segunda Guerra Mundial e de 50 Artigos, a criança mereceu apenas um inciso dentro de um Artigo. Então, para representar a causa da criança, leu uma poesia intitulada "Ramo de Ninguém" e encerrou sua fala. Da mesma forma, o senhor Manoel Onofre de Sousa Neto, da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, disse que tinha três informes: o primeiro deles era que nos dias 24, 25 e 26 iam dar continuidade ao evento Justiça Juvenil, o qual vinha sendo feito pelo Brasil todo em parceria com o CONANDA, SEDH, e vários atores. Por isso, alegou que os Conselheiros que estivessem ali participem no intuito de poder criticar e, assim, pudessem evoluir na ação da Justiça Juvenil, a ser realizada no Maranhão. No Rio Grande do Norte ia se realizada no mês seguinte, nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro; Porto Velho também, em março. Por outro lado, pontuou a discussão dos fluxos, a qual ia ser em 1<sup>o</sup> e 2 de maio, no Rio de Janeiro. De acordo com ele, a temática ia ser gravidez na adolescência, além de que estavam incluindo a questão do parto anônimo, entre outros temas; frisou que em tal oficina estavam vendo a possibilidade de o Ministério da Saúde se fazer presente para poderem definir a estratégia da oficina referente à criança e ao adolescente em conflito com a lei e drogas. Também disse que fora constituído no âmbito da ABMP 'um grupo de trabalho formado por 18 juízes e promotores para dar apoio e suporte à proposta do pró-conselho; citou que já tinham um modelo apresentado de modificações de melhorias, mas que iam aprofundar a discussão no âmbito da ABMP. E, por último, referiu-se à apresentação do material que tiveram na última reunião do Conselho Nacional de Assistência Social, na qual a diretoria definiu, que iam no âmbito da ABMP, fazer uma discussão para checar que contribuições poderiam trazer. Nesse ínterim, o senhor Manoel Onofre Neto, disse que, além do informe, enviou o convite a todos via *e-mail*, entretanto, a senhora Maria Júlia Deptulski, referiu que o convite tinha de ser para o CONANDA, para que pudessem definir sua participação, uma vez que a temática ainda ia

ser discutida, ao que o senhor Manoel Onofre respondeu que teve o cuidado de programar as mesas com pessoas variadas, inclusive do próprio CONANDA, como contribuição para discussão. Assim, a senhora Carmem de Oliveira informou que o convite que lhe fora feito foi como Secretária. Então, para falar do programa, que era o Pró-Conselho, o convite tinha de ir para o CONANDA. Caso o CONANDA indicasse o nome do Caporal, seria ótimo. Para explicar, o senhor José Ricardo Caporal fez saber que, para garantir, quando foi-lhe feito o convite, ele disse que não poderia representar o CONANDA, até porque o fórum era quem determinava quem iria representá-lo, de modo que combinaram que o convite iria pessoal. Por conseguinte, o senhor Manoel Onofre Neto justificou que estava fazendo tal encaminhamento, porque tratava-se uma questão de ordem operacional iminente. No revés, a senhora Maria Júlia Deptulski declarou que concordava em referendar o nome do Caporal, mas teriam de fazê-lo com cuidado, porque o Conselho tinha uma estrutura que a ABMP poderia ter mandado para a Secretária do CONANDA e isso circulava via *e-mail*. Diante da indicação feita ao nome de Caporal, a senhora Carmem de Oliveira perguntou se tinham outro nome, ao que a senhora Maria Ignês Rocha de Sousa Bierrenbahc, da Fundação ABINQ, propôs o nome do Caporal pelo Conselho. Assim sendo, foi aprovado pelos Conselheiros votantes o nome de Caporal. Nesse momento, a senhora Maria Ignês Bierrenbahc, da ABRINQ, lembrou que no final do ano havia acontecido uma reunião do comitê gestor do PAC, onde se deliberou naquela instância que era preciso uma maior participação do CONANDA em todas as gestões relativas ao PAC. Em função disso, surgiu o primeiro relatório relativo ao ano de 2006, que estava sendo elaborado por um consultor contratado pelo governo; também tinha solicitado que esse relatório circulasse por todos com essa perspectiva, ou seja, no intuito de terem uma maior participação do Conselho, porém, não houve retorno nenhum. Sendo assim, pediu que ficassem atentos à questão relativa ao PAC, inclusive, cobrando-lhe, como representante do CONANDA, informações e elementos de análises do PAC. Para sanar a dúvida, o senhor Benedito Adalberto Brunca, da Previdência Social, perguntou se havia algum prazo para contribuições, ao que a senhora Maria Ignês informou que o prazo já estava superado, mas para efeito de conhecimento valia a pena e que o relatório final ia ser entregue no final de março e que, talvez, desse mais tempo de incorporar sugestões. Porquanto, o senhor Benedito Adalberto Brunca, da Previdência Social sugeriu que estabelecem um limite - mais uma semana - de

modo que recirculariam a todos, ao que a senhora Maria Ignês concordou. A senhora Carmem de Oliveira, ao termino daquela etapa, fez menção ao tema do relatório da convenção e da necessidade de que o CONANDA pautasse, em especial na comissão de políticas públicas, uma avaliação sobre as recomendações feitas no primeiro relatório. Por outro lado, a senhora Maria Júlia Deptulski, indagou que acordo estava sendo feito entre orçamento e mobilização. Como resposta, a senhora Maria Aurilene Moreira Vidal, disse que a mobilização requeria recursos, mas tinham de ver, Assim, propôs de se fazer uma avaliação e planejamento, mas ia ter que ler o nosso relatório na íntegra. Diante do exposto, o senhor Manoel Onofre Neto solicitou que se marcassem um tempo para apresentação e discussão, ao que a senhora Carmem de Oliveira estipulou dez minutos para cada comissão. Como complemento, a senhora Maria Aurilene Moreira Vidal, destacou que o Plano de Comunicação do CONANDA teve construção conjunta da proposta do plano, aprovação pelo Conselho e acompanhamento do projeto do portal dos direitos da criança e adolescente junto à rede Anjo, e a Secretaria-Executiva do CONANDA; também informou que a Rede Cipó já estava recebendo os currículos para contratação dos profissionais, que iam trabalhar diretamente na estruturação do plano de comunicação e do portal. Com relação ao portal, informou que estava sendo encaminhadas as providências no sentido de ser elaborada uma portaria do MJ cancelando a liberação para a construção e hospedagem do *sue* na SERPRO. No entanto, pontuou que essas negociações precedem de observância de procedimentos administrativos, pois havia toda a questão burocrática de se colocar esse material em outro servidor que não o de lá, do Ministério da Justiça. Outro ponto mencionado para deliberação foi a oficina de mídia *training*, ainda dentro da proposta da rede ANE, realizada com o objetivo de qualificar os Conselheiros do CONANDA para o exercício de suas funções junto aos meios de comunicação. A oficina coordenada pelo jornalista Viti Vivarti, abordou a parte teórica, enquanto a parte prática seria deliberada em reunião possivelmente no mês de março. Em relação ao fortalecimento dos Conselhos, que estava previsto no planejamento, encaminharam a contratação do consultor advogado Carlos Nicodemos, para a revisão da Resolução número 75. Da elaboração da minuta do anteprojeto de lei para regulamentação dos Conselhos Tutelares, foi encaminhada uma carta- consulta aos Conselhos de Direitos Estaduais, sendo as informações dos respectivos Conselhos direcionadas ao consultor para elaboração da minuta. Tal minuta ia ser

apresentada à comissão na reunião de abril, porque era o prazo dado. Após a discussão da comissão com o consultor a minuta seria encaminhada à Plenária do Conselho para apreciação e deliberação. Assim, depois da aprovação é que realizariam uma consulta com o Conselho de Direitos Tutelares, Fórum Judiciário, MP, e todos os demais órgãos do sistema de garantia de direitos, para dar um prazo, onde essa consulta pudesse acontecer e, provavelmente, em meados de novembro pudessem refazer a resolução revendo essa necessidade e a proposta do projeto de lei. Como estavam preocupados com os desdobramentos da pesquisa, foi contratado pela Secretaria Executiva, SEDH, o IBAM para consolidar um banco de dados, fazendo recortes por estado que resulte numa publicação de 50 páginas, sendo ainda confeccionado encarte da pesquisa em CD na íntegra. Da mesma forma, ficou decidido que enviariam uma carta solicitando informações de como estava acontecendo adequação à Resolução 105. Além' disso, fez saber que o Seminário Técnico Legislativo, ocorrido nos dias 06 e 07 de novembro de 2007, resultou na consolidação das conclusões de trabalhos em grupos temáticos, com indicativo de prioridade para acompanhamento desses projetos de lei e proposta de emendas constitucionais. Esse seminário demonstrou a urgência de serem dadas condições e assegurar mecanismos para acompanhamento e controle da demanda por meio de consultoria especializada, sendo acompanhada de forma contínua pelas comissões para as devidas deliberações pelos Conselheiros. Diante dessas ações, disse que precisavam pensar as propostas de ações para 2008. Com relação às ações para 2008 a comissão encaminhou dois encontros nacionais com os Conselhos de Direitos e Tutelares, conforme deliberação na reunião com os presidentes dos Conselhos estaduais por ocasião da última conferência nacional. Os encontros tinham como objetivo a articulação e fortalecimento do sistema de garantia de direito. Por outro lado, a comemoração dos 18 anos de estatuto, com mobilização dos Conselhos Estaduais, a comissão trouxe para apreciação que fossem realizadas atividades conjuntas em todo o País, sendo fixado o prazo de julho a outubro de 2008 para as comemorações. Segundo ela, a comissão sugeriu que fossem elaborados projetos pelos Conselhos Estaduais a partir de critérios pré-estabelecidos pelo CONANDA, porque era dentro da comissão que discutiam a proposta de dar visibilidade; conquistadas por intermédio do estatuto ao longo dos oito anos. Para tanto, pensaram em encaminhar aos estados uma minuta para demonstrar a pretensão do CONANDA para a festa que será

realizada País afora, inclusive, sugerindo com financiamento no valor de até 10 mil reais pelo FIA, que depois seria encaminhando às comissões específicas; também sugeriram que os projetos entrassem nesse financiamento. Ainda dentro da comemoração do aniversário do ECA, a Comissão propôs um debate amplo com o CNAS, Conselho da Juventude, tematizando o marco dos 18 anos na luta pelos direitos humanos de criança e adolescente, uma vez que em cada Ministério, os Conselhos estavam pensando em ações voltadas à área da criança e adolescente. Igualmente, sugeriu que dessem início às ações a partir de março, para criar a história de um selo pelos correios, com o máximo de divulgação por meio de adesivo, *botton*, além da logo dos 18 anos. A sugestão foi de que logo fosse inserida em todos os documentos que a SPDCA, ou seja, o órgão que o CONANDA estava vinculado. Foi ressaltado de se fazer uma revisão do estatuto da criança e adolescente caso houvesse necessidade; atualizar o estatuto com a capa da logo dos 18 anos, além de articular e fomentar ações conjuntas com as universidades, tal como colocar como obrigatoriedade no currículo das universidades. Outra proposição foi a contratação do Esnerce por meio de termo de referência para criação, alimentação e acompanhamento permanente do banco de dados dos anteprojetos em tramitação no Congresso Nacional, no intuito de dar subsídio ao CONANDA para atuação e mobilização com relação às matérias relacionada ao interesse desse Conselho. Ademais, a comissão sugeriu para o mês de outubro a segunda assembléia descentralizada com a proposta de que com a demanda o Conselho como um todo pudesse estar vendo a relevância dos pedidos, porque alguns estados estavam mandando com justificativa. Aproveitou para mencionar a pauta para março e abril: com a proximidade da conferência do Comitê Nacional de Enfretamento da Violência Sexual, sugeriram uma proposta de data por conta da conferência, mas não foi possível. Assim, sugeriu que o CONANDA pautasse março ou abril. Na seqüência, o senhor Manoel Onofre Neto, também deu algumas sugestões à comissão referente ao terceiro ponto no ponto um, a Resolução número 75: Era pertinente que cada uma das comissões, que a Resolução fosse sendo trabalhada sua modificação, além de agendar e organizar um calendário para ter a certeza de que as comemorações pudessem acontecer e de que era importante que o CONANDA apresentasse a linha, ou seja, se o projeto ia ser em publicação ou a realização de um evento específico, senão as ações ficariam desconexas. Para a campanha da comemoração da criança e adolescente, sugeriu que a marca não fosse algo de gabinete, mas agregasse algo

do protagonizasse a participação do jovem. Por outro lado, achou que seria muito importante retornar ao Rio Grande do Norte para deflagrar o processo de reformulação do plano devido à fragilidade na rede do Nordeste em termos de exploração sexual; em Pernambuco que se contemplasse o pólo turístico que o Rio Grande do Norte representa, em outras palavras, mundial, o que conferiria toda visibilidade possível. Em seguida, o senhor Fábio Feitosa da Silva, propôs que em São Paulo começassem com algumas universidades e, na questão da contratação, não aparecesse o nome do contratado, a INESC, mesmo porque vai ia ser feito todo um processo; solicitou ajuda para pensar na questão de prazos para plano de comunicação e que definissem quando iam contratar os funcionários. Com a palavra, a senhora Maria Júlia Rosa Deptulski, disse que considerava importante que o 18 de maio do ano que vem fosse no Espírito Santo, porque precisavam fazer o estado tirar o Judiciário da Gaveta: o processo do assassinato da Araceli. Assim, o CONANDA tinha de provocar o estado. Da mesma forma, o senhor José Ricardo Caporal, ressaltou que seria interessante formatar todas as ações em relação ao financeiro para que depois não tivessem recursos para operacionalizar. Portanto, que fosse enviado o mais rápido possível à Comissão de Finanças e Orçamento. Diante do exposto, a senhora Maria Júlia Deptulski propôs que tal ponto fosse retomado na hora do orçamento. Como estava inscrita, a senhora Carmem de Oliveira mencionou que tinha alguns destaques a fazer: uma das sugestões foi que se incluísse nos editais uma linha de pesquisa para que pesquisadores dentro e fora da universidade pudessem escolher temáticas de avaliação dos 18 anos, ou melhor, que especialistas de trabalho infantil fizessem a análise e outros temas; também colocou algumas dúvidas, ou seja, se a primeira meta era a realização de dois encontros nacionais com os Conselhos de Direitos e Tutelares e duas assembléias descentralizadas, o que significaria quatro sessões plenárias diferentes das ordinárias pois, dos dez meses restantes, quatro teriam esta peculiaridade, o que comprometeria a agenda ordinária e até orçamentária. No revés, a senhora Maria Aurilene Moreira Vidal, colocou que não iam ser quatro assembléias extraordinárias, porque as assembléias eram descentralizadas e ordinária;, estavam dentro do calendário; admoestou que a comissão ia ser pautada pelas outras comissões. Além do mais, disse que havia temas da Conferência Nacional pertinentes que não poderiam perder de vista, que era o plano tanto o SINASE como o Plano de Convivência Familiar e Comunitária. Num desses encontros poderiam tratar desse

ponto. Assim sendo, a proposta do CONANDA tinha de ser diferenciada para se tomar conhecimento do que era o CONANDA e a SEDH. A senhora, Maria Ignês Bierrenbach, indagou como iam dar conta das proposições da Comissão de Mobilização e Informação, porque tinham outras duas comissões que vinham com demandas ainda maiores. Por isso, precisavam pensar na perspectiva para dar maior efetividade e um olhar de comprometimento com relação à efetividade das proposições. Em seguida, a senhora Raimunda Núbia Lopes da Silva, reforçou que a que a assembléia descentralizada acontecesse no Rio Grande do Norte, uma vez que elas eram na semana, porém nunca no dia 18, de modo que iam proporcionar dois debates em dois estados diferentes para mobilizar a questão do enfrentamento. Outra questão colocada foi com relação à articulação das universidades acerca da disciplina "Direito da Criança e do Adolescente", dado que a comissão tinha uma deliberação, que era fazer uma articulação com o Conselho Nacional de Educação; enfatizou que tinha dúvida sobre a questão do INESC e por que tudo estava direcionado nele; pontuou que havia uma demanda já discutida na Comissão de Políticas Públicas, que fora apresentada pelo MEC, que era um seminário sobre o plano de desenvolvimento da educação. Nesse caso, quis saber se havia algo em andamento com relação a isso, porque a proposta apresentada era de que esse seminário seria para os conselheiros do CONANDA, e os conselheiros de direitos dos estados seriam financiados pela MEC. Como resposta, a senhora Maria Aurilene Vidal informou que iam agregar tais informações num relatório para todos; solicitou que as contribuições viessem por escrito e que, como primeiro ponto de pauta da nossa reunião de março, deliberassem os encaminhamentos das comissões. Nesse ínterim, o senhor Manoel Onofre Neto, fez questão de enfatizar que como acompanhou as descentralizadas de perto, era preciso agendar tudo com muita antecedência, tanto no Rio Grande do Norte como no Rio de Janeiro. Seria só uma questão de encaminhamento no que diz respeito à situação específica dada a necessidade de programar, projetar e organizar. No ensejo, a senhora Maria Júlia Rosa Deptulski, propôs que permanecesse com a proposta do Rio Grande do Norte, mas garantindo a atividade do Rio de Janeiro tal e qual ocorreu em Santarém, sobre a qual todos concordaram. Assim, o senhor Ariel Castro Alves delineou que fizeram uma manifestação sobre a questão da classificação indicativa enviada a todos; sugeriu que a próxima assembléia incluísse na pauta o tema de adoções internacionais com a participação da

autoridade central da secretaria vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos; igualmente, dentro do tema do SINASE, a realização do Seminário sobre o SINASE no encontro com os Conselhos Estaduais que estava marcado para agosto de 2008. Com relação ao Plano de Trabalho e Planejamento das Ações do CONANDA sobre o Plano de Convivência Familiar e Comunitária, iam apresentar na próxima assembleia. Daí, o senhor Ariel Castro Alves, falou sobre o agendamento da realização da terceira oficina sobre aprendizagem e a apresentação sobre os impactos do Bolsa Família nos direitos da criança e do adolescente, que era um levantamento feito pelo IBASE. No ponto do SINASE, disse que foram realizadas várias reuniões no ano passado e tinha feito o monitoramento e a execução dele a partir das ações de cada ministério. Então, informou que a próxima reunião da Comissão Inter-Setorial será no dia 4 de março e o CONANDA faria parte. Do PL sobre medidas socioeducativas, disse que o GP foi informado e estava em tramitação na Câmara dos Deputados. Com relação ao Plano de Convivência, a senhora Solange Estella Serra Martins disse que a dinâmica que utilizaram para o planejamento foi usada como referência o que estava planejado para 2007, avaliaram e o que não foi implementado e redimensionaram para 2008, agregando algumas demandas novas, como o acompanhamento da revisão dos planos, tanto de combate ao trabalho infantil quanto de combate à exploração sexual. Diante disso, propuseram que até a assembleia de março pudessem fazer um ajuste final. Ademais, pontuou uma reunião conjunta das comissões de políticas públicas do CNAS e do CONANDA, cuja pauta foi a regulamentação dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. Segundo ela, era importante dizer que essa regulamentação era uma ação prevista no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e foi elaborado pela Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS e constituído a partir de subsídios coletados em vários fóruns, instâncias nacionais, como o GT Pró-Convivência Familiar e Comunitária. A idéia era uma resolução conjunta dos conselhos que pudessem lançar em julho nos eventos comemorativos de 18 anos do estatuto. Em 17 de março teriam nova reunião conjunta e, a partir do documento originário apresentado, teriam um documento formulado pelo CNAS e pelo CONANDA, o qual seria submetido à consulta pública, provavelmente no mês de julho. Por outro lado, o senhor Ariel de Castro Alves ressaltou a importância do cumprimento do organograma organizacional da Secretaria Executiva do CONANDA, devido à dificuldade da ausência de

uma assessoria técnica. Sobre a classificação indicativa, disse que tiveram reunidos com a ANDE e preocupação era a questão do fuso horário. Diante disso, tinha até o dia 9 de janeiro, para que as emissoras dos locais, que estavam conforme o horário de Brasília e cumprem outro horário, tivessem um fuso horário diferente e se adaptassem à classificação indicativa. Em contrapartida, o senhor Ariel de Castro Alves alegou que tinham de usar o princípio constitucional da isonomia, para tratar do tema da classificação indicativa, mesmo diante da pressão que as empresas de comunicação exercem no país. Por isso, acharam fundamental que o CONANDA tivesse uma manifestação formal sobre a questão da prorrogação do fuso horário. Depois da manifestação dos conselheiros, o senhor Ariel informou que houve somente uma abstenção no caso da ordem dos encaminhamentos e admoestou que era fundamental que tivesse o nome de todos os conselheiros e a entidade que representavam, assim como o nome dos representantes de cada ministério para dar o peso político. Para explicar, a senhora Carmem de Oliveira esclareceu que no ano passado incluíram o nome de todos os conselheiros, inclusive os ausentes naquele momento da votação, o que evidenciou os que votaram favoravelmente, não os abstinentes nem os ausentes compunham a assinatura da manifestação. Depois da discussão entre os conselheiros, o senhor Fábio Eiji Kato declarou que a nota foi aprovada pela maioria dos presidentes. Na seqüência, o senhor Vilmar Burzlff afirmou que da reunião da Comissão de Orçamento e Finanças a despeito da questão normativa dos fundos, todo o planejamento englobava atividades para com as operações previstas para dois anos. Isso resultou num orçamento público articulado intersetorialmente monitorado. Diante disso, identificaram algumas dificuldades que iam ser trabalhadas: promover reuniões com representantes dos ministérios e também conselhos de área para avaliar a execução de programas considerados prioritários; reunir com outros setores envolvidos para fazer tal avaliação, além de realizar uma reunião com o Ministério do Planejamento para verificar a possibilidade de identificação, no orçamento da União e dos recursos que integravam o OCA; outro resultado era sobre o não-contingenciamento orçamentário, tanto do Fundo como do orçamento do SPDCa, uma vez que ambos tiveram acima de 95%, ou seja, o SPDCa foi 98 e fundo 95, de forma que não houve contingenciamento em 2007. Assim, a proposta de atividade era repetir a alteração em 2008, a partir do monitoramento da execução orçamentária. Diante disso, delineou que a comissão propôs para esse ano uma atividade

que era tentar firmar uma carta de compromisso dirigida aos partidos propondo que os seus candidatos nas eleições municipais se comprometessem com a garantia de condições para o funcionamento dos conselhos e do cumprimento das deliberações dos conselhos que se refere à Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente. No entanto, a avaliação era de que apesar de não terem sido definidos as regras de implantação e as estratégias de implantação para ampliar a captação de recursos, sobre o qual verificou-se um aumento significativo no volume de recursos. O senhor Vilmar Burlff, colocou que outra atividade seria fazer uma reunião com os gestores dos fundos estaduais para se alinhar à estratégias do Fundo Nacional com os Fundos Estaduais e, a partir deles, com os municipais. E, finalmente, preparar subsídios como informações e materiais de comunicação para reuniões com empresários que estavam previstas para 13 de abril em São Paulo, com o ministro e um grupo de empresários. Para ressaltar o senhor Fábio Feitosa da Silva disse que para deliberação da plenária, eram três pontos de pauta para plenária de março. Um deles era a apresentação dos investimentos orçamentários realizados pelo fundo e pela SPDCA em 2007, de modo que propôs-se a apresentar esse relatório da minuta. No intuito de explicar, a senhora Carmem de Oliveira, declarou que não era necessária a aprovação da minuta, ela ia ser apresentada na próxima plenária, quando entraria num processo de consulta pública e seria submetida à aprovação em abril. Sendo assim, a senhora Maria Ignês Bierrenbach ressaltou que o ponto era em relação ao item 11, o pacto que, para constar interlocução com os municípios, tinha de constar como ponto de pauta na reunião com os conselhos estaduais. Entretanto, o senhor José Ricardo Caporal destacou preocupação de implementação de um projeto junto ao Fórum DCA, porque costuraria uma articulação junto à sociedade civil e também dos conselhos concernente ao aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente. No intuito de informar e esclarecer, o senhor Benedito Brunca comunicou que ainda estavam produzindo a minuta e solicitou, se possível, que fosse colocada no *sUe* do CONANDA as duas posições para serem avaliadas por um contingente maior de pessoas; também mencionou que precisava pedir mais pareceres jurídicos de pessoas diferentes do circuito do Ministério Público e se encaminhasse ao Ministro ou ao próprio GIFE. Foi enfatizado que o governo tinha o máximo interesse em que o CONANDA produzisse uma resolução com todos os princípios constitucionais atendidos, mas a proposta era de que pedisse parecer para constitucionalistas e pessoas que fossem do

âmbito da idoneidade para produzir uma proposta ampla. Assim, a senhora Glícia, da OAB, reforçou a idéia de que as comissões que estudassem o aspecto da constitucionalidade ou inconstitucionalidade, além de que seria interessante se ouvissem alguém do ponto de vista legal, jurídico e que pensasse de forma diversa, diferente do que foi colocado pelo Ministério Público. No ínterim, a senhora Carmem de Oliveira afirmou que a comissão ia finalizar uma minuta até a próxima plenária quando a estaria apresentando. Ademais, esclareceu que o fórum DCA no final do ano passado, apresentou um projeto dando continuidade a uma linha de trabalho que era de mobilização dos fóruns regionais no sentido da política nacional, a exemplo do que foi o tema do SINASE. Esse projeto foi apresentado ao encerrar das portas de formalização do convênio, não houve mais prazo para dar segmento, assim, houve alguns problemas de foco, motivo pelo qual o projeto ele foi reapresentado em janeiro. Como não fizeram uma análise do projeto, trouxeram-no à plenária com a informação de que no PP A de 2008 houvesse recurso previsto na ordem de um milhão e cem mil para os fóruns. No entanto, a senhora Maria Júlia Deptulski disse que há três anos havia uma discussão do CONANDA no intuito de fortalecer os fóruns de direitos da criança e do adolescente através do Fórum Nacional; foi apresentado que o fórum apresentaria novamente o projeto para articulações no ano de 2008 e que fora deliberado um milhão e duzentos para que o Fórum Nacional DCA, desse continuidade ao trabalho de articulação de modo que a deliberação foi feita pelo CONANDA. Para explicar, a senhora Carmem de Oliveira mencionou que rastreou as atas anteriores e não encontrou nenhum ponto na pauta nesse sentido, muito menos deliberação. Como ordenadora de despesas, disse que isso seguia um fluxo diferente e que o CONANDA tinha propriedade de tomar outro rumo se fosse o caso. Por isso, o senhor José Ricardo Caporal sugeriu que votassem o mais rápido possível, para garantir que se fizessem todos os movimentos para que se implementassem tal ação de caráter estratégico porque o empoderamento dos conselhos era fundamental aos participantes dessa ação. Com relação ao fato da senhora Carmem de Oliveira não ter encontrado em atas do ponto de vista legal, a senhora Glícia Thaís Salmeron Vieira sugeriu que todos os presentes votassem e aprovassem a decisão, seria uma deliberação da plenária, assim como fora a questão da manifestação. Então, os presentes dariam legitimidade à aprovação e ratificariam os atos que, por ventura, não ficaram registrados em ata. Nesse instante, a senhora Solange Estella Serra Martins pontuou

algumas questões importantes nos fóruns: uma era o aspecto da descentralização e da municipalização independente de seu estado ou município. Portanto, era importante que para a política pública e consolidação das duas dimensões fundamentais, aprovassem o apoio ao Fórum Nacional do DCA. Da mesma forma, o senhor Ariel de Castro Alves frisou que o Fórum Nacional DCA priorizou o fortalecimento dos demais fóruns estaduais e demais fóruns temáticos da sociedade civil. Por isso, defendiam que o Fórum Nacional DCA continuasse com esse apoio e aporte. Diante do exposto, a senhora Carmem de Oliveira salientou que não estavam julgando a importância ou desimportância- do Fórum, mas que todos ganhariam, sobretudo, o Fórum Nacional, se decorridas três semanas, tempo que teriam para a próxima plenária, a SPDCA trouxesse um parecer técnico que fosse submetido à comissão de orçamento, que entrasse em discussão na plenária. Concordemente, o senhor Manoel Onofre de Sousa Neto declarou que se fosse de ordem política estavam todos aptos a votar, ao que a senhora Carmem de Oliveira afirmou que estavam rompendo o fluxo. Assim sendo, a senhora Mariza, assessora SPDCA, esclareceu que no PPA a ação era apoio a Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e a meta era colocada de apoio a dez fóruns, de modo que todo o recurso na ação do PP A fosse para um fórum. O senhor Vilmar Burzlaff manifestou duas questões: verificar se alguma forma no projeto estava explícito que não era um fórum, mas que a instituição que estava apresentando o projeto ia trabalhar com pelo menos 28 fóruns, os estaduais mais o nacional. E uma segunda questão era quanto à questão do fluxo que estava sendo rompido, que tal fluxo ficasse bem claro, porque o projeto podia como em novembro, depois em dezembro para segunda versão, ao que a senhora Carmem de Oliveira ratificou que entrou em dezembro, finalizado os prazos que tinham da Casa Civil e, por isso, foi reapresentado em janeiro. Assim, segundo o senhor Yilmar Burzlaff havia um protocolo que poderia ter passado pela comissão atual; também que estabelecessem o fluxo igual para todos. Assim sendo, a senhora Carmem de Oliveira, propôs que buscassem uma terceira via: seguindo o fluxo acordado entre eles, teria de passar pela comissão de orçamento e a SPDCA faria uma análise técnica no máximo até final da semana que posterior. No revés, a senhora Maria Júlia Rosa Deptulski colocou uma contraproposta no sentido de que se aprovar com uma ressalva imediatamente para a comissão técnica da Secretaria; aprovariam que fosse investido o valor e, então, iria para uma análise técnica e passaria para comissão aprovar e

finalizar. Para fins de explicação, a senhora Carmem de Oliveira delineou que uma coisa não tinha nada a ver com a outra, pois todo ano ia estar comprometido igual valor, independente do projeto apresentando, ao que a senhora Glícia Thaís Salmeron Vieira propôs que poderiam definir sobre a ratificação da aprovação do projeto observando se a questão da legalidade de acordo com o parecer viria para ser apreciado pela comissão, pois assim apenas fariam os ajustes legais para que não se ferisse o princípio da formalidade e da legalidade. Diante disso, a senhora Carmem de Oliveira disse que tinham duas propostas com dois fluxos diferentes: uma da senhora Júlia outra dela. Assim, a senhora Maria Júlia Rosa Deptulski sugeriu que aprovassem imediatamente o parecer, a análise técnica e passassem para a comissão de orçamento fazer a análise na linha, e a senhora Carmem de Oliveira propôs o contrário, ou seja, que houvesse um envio a SPDCA, a qual faria a análise técnica até o final da semana, submetia-se a apreciação da comissão de orçamento que deliberava e, conforme o encaminhamento, dariam seguimentos a formalização de convênio na próxima plenária *ad referendum*, para que a deliberação tomada pela comissão fosse aprovada pela plenária. Dessa forma, a proposta um ficou sendo como da senhora Júlia e a dois como sendo da Carmem. No ensejo, o senhor José Eduardo aproveitou para dar um informe a respeito de um convite para a participação de um conselheiro (a) governamental e outro da sociedade civil na Consulta Nacional a Povos e Comunidades Tradicionais sobre a Política Nacional de Juventude visando à Conferência Nacional de Juventude que iriam realizar entre os dias 29 de fevereiro, 1<sup>o</sup> e 2 de março; pontuou que a participação do CONANDA era sempre importante. Também, a senhora Carmem de Oliveira informou que houve indicação dela para permanência no colegiado do CONANDA, uma indicação irrecusável. Fez saber que fizeram um encaminhamento enquanto representação governamental atendendo a um indicativo que a plenária deu de que as representações no Ministério da Justiça fossem revistas, ou seja, mantido o Romão, porém, que a suplência pudesse ser alguém da área técnica do FUNAI; então, se houvesse uma sinalização positiva começariam a negociar com o MRE e fariam o convite formal à Secretaria Nacional da Juventude para indicação da sua representação. Em contrapartida, a senhora Deuzineia da Silva Lopes demonstrou preocupação com relação à agenda por causa da agenda social, além de que era de fundamental importância que a Secretaria da Juventude estivesse no CONANDA até por conta dos programas, como o Pró-Jovem que

estava abarcando toda parte de políticas de emprego para a juventude, ao que a senhora Carmem de Oliveira mencionou que o MRE pode ser chamado a contribuir mais efetivamente, mas se achavam se achavam a idéia prematura para deliberação, iam discutir. Da mesma forma, o senhor Ariel Alves delineou que este ano tinham a questão do relatório para o Comitê dos Direitos da Criança da ONU, assim era fundamental a participação ativa do Ministério das Relações Exteriores, até porque era quem fazia a interlocução internacional. Por isso, achava prematuro decidir no mesmo dia. Por outro lado, a senhora Carmem de Oliveira disse que duas manifestações de prematuridade talvez fossem suficientes para amadurecer, de modo que se comprometeu a entrar em contato com a área de direitos humanos do MRE. Para a questão das coordenações de comissões, no acordo político estabelecido no ano passado entenderam que das três comissões, duas ficariam coordenadas pela sociedade civil e, mantido tal acordo, entenderam que com a presidência da sociedade civil, teriam duas comissões com coordenação do governo. Diante disso, tinham os indicativos de manter a coordenação de políticas públicas e passar a coordenar a mobilização e formação; ressaltou a questão sobre relatorias, que fugissem um pouco da idéia da relatoria fixa, ou seja, a relatoria seria outra categoria - se o governo coordenasse políticas públicas, a relatoria seria da sociedade civil -, mas que a sociedade civil alternasse o relator, para não onerar; restaria somente terem os nomes para convocar a mesa diretora para próxima plenária. Para tanto, o senhor Fábio Feitosa da Silva, declarou que conversou com a Sociedade Civil e que a coordenação de Orçamento e Finanças passou a ser do José Ricardo Caporal, porque ele estava indo para Comissão de Políticas Públicas. Portanto, ele agora já integrava a mesa diretora. Depois de todos os pontos discutidos e, sem mais assuntos a tratar, a senhora Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a assembléia, lavrando-se a presente ata que após aprovada será assinada pela senhora Presidente.

**Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski**  
**Presidente - CONANDA em Exercício**

